



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

GABINETE DE CONSELHEIRO

Conselheiro Antonio Joaquim Moraes Rodrigues Neto

Telefone: (65) 3613-7531/ 7534

e-mail: gab.ajoaquim@tce.mt.gov.br

PROCESSO : 10.115-0/2020 e 50.003-8/2021 (apenso)
PRINCIPAL : PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA
ASSUNTO : CONTAS ANUAIS DE GOVERNO MUNICIPAL – EXERCÍCIO 2020
RELATOR : CONSELHEIRO ANTONIO JOAQUIM
DESPACHO

Encaminhe-se à Gerência de Registro e Publicação, para proceder a notificação dos interessados, na forma descrita abaixo:

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

PROCESSO: 10.115-0/2020 e 50.003-8/2021 (apenso)
PRINCIPAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA
GESTOR: MABEL DE FATIMA MELANEZI ALMICI
ADVOGADO: NÃO CONSTA
ASSUNTO: CONTAS ANUAIS DE GOVERNO MUNICIPAL – 2020
RELATOR: CONSELHEIRO ANTONIO JOAQUIM

Com fundamento no parágrafo 2º do artigo 141 da Resolução Normativa 14/2007 (Regimento Interno TCE/MT), **NOTIFICO** a Senhora **MABEL DE FATIMA MELANEZI ALMICI**, para, caso entenda necessário, no prazo improrrogável de **05 (cinco)** dias, apresente **ALEGAÇÕES FINAIS** acerca do processo de Contas Anuais de Governo Municipal do exercício de 2020 da Prefeitura Municipal de Castanheira, conforme Relatório Técnico de Defesa (doc. 249525/2021), e Processo de Contas de Governo da Previdência Municipal, conforme Relatório Técnico de Defesa (doc. 211677/2021), a contar da data da publicação deste edital.

Informo, ainda, que os documentos estão disponíveis e podem ser obtidos através do endereço eletrônico deste Tribunal (<http://tce.mt.gov.br>), ou ainda no setor de Coordenadoria de Expediente para obtenção de cópia, mediante pagamento ou gravação do conteúdo em meio magnético.

Alerta-se que a ausência de manifestação, dentro do prazo estipulado, implicará em consequente prosseguimento do feito.

Publique-se.

Cuiabá-MT, 08 de novembro de 2021.

(assinatura digital)¹

Conselheiro **ANTONIO JOAQUIM**
Relator

¹ Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa Nº 9/2012 do TCE/MT. JSR

